

O Jornal Porantim e a Denúncia das Políticas Indigenistas Durante o Período da Ditadura Civil-Militar¹

João Paulo de SOUZA²
Pedro Henrique da Silva PEREIRA³
Rogério COSTA⁴

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN

RESUMO:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o Jornal Porantim (1978-hoje), importante marco na História da Imprensa alternativa brasileira em relação às lutas das populações indígenas do país, em um contexto de Ditadura Civil-Militar, que investia capital estrangeiro na região amazônica, sem se importar com as consequências às populações nativas. Com o objetivo de entendê-lo como uma fonte de pesquisa, o jornal será analisado entre 1978-1985, a partir da ideia de resistência e denúncia de uma política indigenista “genocida” adotada pelos militares. Entendendo, assim, o Porantim como uma busca por visibilidade em uma mídia que apaga, esquece e tenta silenciar a existência desses povos da história do país.

PALAVRAS-CHAVE: Jornais Alternativos; Jornal Porantim; Populações Indígenas; Ditadura Civil-militar; Políticas Indigenistas.

INTRODUÇÃO

Nomeada popularmente com a alcunha de o Quarto poder, a imprensa presta um serviço vital à sociedade. Seja nos meios impressos ou nos meios eletrônicos, ela é a principal responsável pela difusão das notícias e pela democratização do conhecimento jornalístico, influenciando diretamente nos rumos políticos da sociedade de massas do terceiro milênio. Segundo Manuel Castells (1999), em seu conceito de “capitalismo informacional”, a sociedade oriunda da Terceira Revolução Industrial entende a informação como uma mercadoria, na qual os grandes conglomerados de mídia irão se construir ao redor dos lucros dessa fonte.

Dicotômico a esse modo corporativo de pensar a informação como meio para a

¹ Trabalho apresentado na IJ 1 - Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 20 a 22 de junho de 2023

² Graduando do Curso de História/aluno disciplina História do Jornalismo no Curso de Jornalismo da UERN. E-mail: joapaulodesouza@alu.uern.br.

³ Graduando do Curso de História/aluno disciplina História do Jornalismo no Curso de Jornalismo da UERN. E-mail: pedrohenriquepereira@alu.uern.br.

⁴ Orientador do trabalho. Docente do Departamento de Comunicação Social da UERN. E-mail: paulorogério@uern.br

obtenção de lucros, existe o jornalismo social, em que a preocupação vai ser em denunciar as mazelas da sociedade e também ao papel social que o jornalista tem de lutar em prol da democracia e da dignidade humana. Ideia essa exposta na própria Declaração dos Direitos Humanos.

Esse jornalismo de denúncia e em prol dos direitos humanos floresceu ao longo da história brasileira, e teve uma importância ainda maior durante a Ditadura Militar (1964-1985). Onde diversos periódicos se utilizavam das mais variadas linguagens jornalísticas para protestar contra a censura, tortura e o Estado de exceção que vivia o Brasil. Sendo assim, o jornalismo alternativo, ou Imprensa Nanica⁵, surge para dar voz - muitas vezes clandestinas - aos grupos marginalizados pelo regime, (socialistas, mulheres, comunidades LGBT's, indígenas, estudantes e etc.) trazendo notícias que, normalmente, não eram veiculadas pela grande mídia⁶.

É nesse cenário de resistência, luta e censura, que o Jornal Porantim⁷ irá surgir. Focado nos povos indígenas e que tinha como objetivo a denúncia contra as invasões, conflitos e desmandos que esses povos sofreram nos governos militares, através desse trabalho, pretendemos trazer luz a esses acontecimentos e as denúncias que estão nas páginas do Porantim, para que, como um exercício de democracia e cidadania, eles não sejam esquecidos.

O JORNAL PORANTIM E AS POLÍTICAS INDÍGENAS DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Segundo Vieira, o surgimento do Jornal Porantim, em maio de 1978, está associado à instalação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)⁸, em Manaus, na região Norte do Brasil. O jornal surge inicialmente como um boletim missionário, lançado mensalmente, que servia como espécie de relatório sobre como estava sendo essa relação entre missionários e

⁵ Usando-se o termo “nanica” como uma tentativa de tentar inferiorizar esse tipo de imprensa, diminuindo o seu tamanho e alcance.

⁶ Pode-se citar: o “Pasquim” (1969-1991) e a “Plif Plaf” (1964), que satirizavam com charges e desenhos o regime militar; o “Lampião da esquina” (1978) que debatiam pautas da comunidade LGBT; e o “Brasil mulher” (1975-1980), que debatia sobre pautas feministas.

⁷ Todas as edições analisadas aqui foram retiradas do site das referências, que mantém o acervo digital do Jornal Porantim de 1978 até hoje.

⁸ A CIMI se associa à construção da Transamazônica, e aos 29 povos indígenas que foram diretamente prejudicados. Essa política indianista estava ligada a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que criou o CIMI em 1972, com o objetivo de ter “uma ação evangelizadora crítica e libertadora em vista do apoio à luta dos povos indígenas por autonomia” (VIEIRA, 2000, p.38).

indígenas. Mas, logo, passa a ter uma organização e caráter jornalístico⁹, com denúncias e críticas que “não [serviam] apenas [como] informações sobre a caminhada dos missionários, mas interpretando também os fatos correlacionados a Funai e a outros órgãos governamentais responsáveis pela defesa da causa indígena” (VIEIRA, 2000, p.35). Oferecendo, assim, condições para entender a nova realidade que os evangelizadores estavam, mas, também, os respaldos das necessidades para se defender e divulgar a situação e necessidades dos povos indígenas brasileiros¹⁰.

Assim, o Jornal Porantim surge como um jornal alternativo de resistência indígena, no meio do processo de Ditadura Militar, quando o AI-5 já havia sido instituído, e o país tinha passado pela forte perseguição e censura à imprensa brasileira, pois os militares conheciam o importante papel que a imprensa desempenha na construção do imaginário social. O jornal denunciava as questões sociais extremamente pertinentes e impactantes sobre a população indígena, como a demarcação e invasão de suas terras; saúde; educação; tratamento e relação que a "aldeia global dos civilizados" (PORANTIM, nº 9, 1979, p. 6) tinha sobre os povos indígenas; e principalmente a nova política indigenista imposta pelos militares.

Em 1970, é decretado o Plano de Integração Nacional (PIN), com o objetivo oficial de integrar os povos indígenas à sociedade “moderna” e “civilizada”, e expandir as fronteiras internas brasileiras, gerando a exploração e investimento de capital estrangeiro. Estabelecendo a ampliação de um projeto econômico, que se iniciou em 1966, de intensificação do comércio, indústrias, agropecuária e exploração de minérios da região¹¹. Uma grande política econômica que, obviamente, não estava preocupada com as consequências que poderia provocar nas populações indígenas locais.

Na edição 33, o Porantim noticiava a ida de diversos índios¹² a Conferência Internacional da ONU, em que discutiram sobre o combate a multinacionais que invadiam e

⁹ O jornal nº8 foi o primeiro lançado no formato de “tablóide” e com organização jornalística, com manchetes e imagens organizadas, publicada em um “ato de protesto” contra a política indianista, o ato contou com o apoio local, mas não contou com a presença dos bispos de Manaus (PORANTIM, nº9, p.15, 1979), o que já mostra um possível rompimento de interesses e de apoio com essa nova formatação do jornal.

¹⁰Com essa mudança, é necessário problematizá-la, mas há uma ausência de pesquisa que busca saber sobre quais os interesses desses missionários, e da CIMI, em ajudar essa população indígena. Afinal eles também estavam lá para fazer uma política de assimilação e promover uma catequização forçada na população indígena. Mas vale lembrar que o Brasil já se encaminhava para um processo de “abertura” política.

¹¹Sendo criada diversas políticas econômicas como a SUDAM; a Zona Franca de Manaus; e o Projeto RADAM. **Veja mais em:** SILVA FILHO. Eduardo Gomes da. **A Amazônia e o plano de integração nacional.** p.136-152.

¹²Reconhecemos que o termo apropriado é “indígena”. Mas, em alguns momentos, preferimos utilizar o termo “índio” por ser a maneira como aparece nas fontes utilizadas.

faziam atrocidades em terras indígenas, propondo até mesmo que os operários realizassem um boicote às multinacionais, pois diversas empresas¹³ estavam realizando “esterilização em massa dos povos indígenas e utilização desses povos como cobaias para remédios novos” (PORANTIM, n°33, 1981, p.11), além de testarem experimentos nucleares em povos indígenas. Nessa mesma edição, lutavam contra o “integracídio” (integração forçada é genocídio)¹⁴, e denunciavam a aculturação que essas políticas do Estado capitalista que impunham e impregnavam a cultura, educação, lazer e diversão dos povos indígenas (PORANTIM, n°33, 1981, p.09-12).

Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), estima-se, parcialmente, que 8350 indígenas foram mortos pelo regime militar. “Na ditadura, quem mais morreu não foram os ativistas, os jovens universitários que estavam lutando pela liberdade do país. Foram os indígenas.” (CNV, 2014, p.03).

Mesmo com a FUNAI, criada em 1967, que deveria proteger e defender os interesses dos povos indígenas, esses problemas não foram resolvidos, e apenas ainda mais intensificados. Afinal, a Funai assimilou esse discurso integracionista para si, pois era controlada pelos militares, e se tornou um instrumento de violação dos direitos humanos. Estabelecendo uma política de “colonização” amazônica, que ia de interesse contrário aos interesses indígenas, tornando-os as verdadeiras “vítimas do milagre”¹⁵, que destruiu fauna, flora e a própria população indígena de toda região Norte, levando ao massacre de diversas tribos indígenas.

Um dos exemplos que o Porantim noticia é a invasão de fazendeiros em um rico território indígena em Minas Gerais, que, financiados pela Funai, transferem forçadamente os índios Krenak para presídios, e depois, para “campos de concentração indígenas”, como a Fazenda Guarani, que servia como campo de extermínio. O Porantim denunciava o trabalho forçado e insalubre que esses indígenas realizavam nas terras inférteis desses campos, que era fiscalizado, gerenciado e punido pela Polícia Militar (PORANTIM, n°33, 1981, p.08 e 13). O jornal, também, denunciava invasões de terras em várias partes do país, assim como o genocídio, miséria e fome que esses povos indígenas enfrentavam.

¹³Entre essas empresas estavam: a Nestlé, Dow Chemical, Bayer e Shell.

¹⁴Fazendo referência ao livro “**A política de genocídio contra os índios do Brasil**”, de 1974, lançado pela AEPPA, fundamental para denunciar internacionalmente a violência praticada contra os indígenas brasileiros.

¹⁵Termo de Shelton H. Davis, em seu livro “**Vítimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil**” (1977), que denuncia as políticas indigenistas; e, as consequências e massacres ocorridos com a construção da Transamazônica e investimentos estrangeiro na região amazônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, as publicações do Porantim estavam sempre denunciando os problemas enfrentados por diversos povos indígenas do Brasil. Fazendo denúncias da falta de demarcação de terras indígenas e a grande vulnerabilidade que essas tribos enfrentavam por causa da ausência de recursos investidos pela Funai. Assim, pode-se concluir a importância de se estudar e analisar esse jornal, que publica notícias de temas tão pertinentes à população indígena, mas que é tão pouco pesquisado no ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

AEPPA . **A política de genocídio contra os índios do Brasil**”. 1974.¹⁶

A imprensa alternativa no acervo do Sistema Nacional de Informações 1964 -1985. Exposições virtuais, 2018. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br>. Acesso em: 5 de abril de 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CNV. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Violações aos Direitos dos Povos Indígenas. **Relatório - Tomo I - Parte II**. 2014. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Violacoes-aos-direitos-dos-povos-indigenas.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do Milagre: O desenvolvimento e os Índios do Brasil**. Zahar Editores. 1978.

FOSCACHES, Nataly Guimarães. O índio sob o foco da imprensa escrita: Uma análise da representação do indígena na imprensa escrita nacional (2005-2007). **Anais do Intercom - IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**. 2008. Disponível em: www.portalintercom.org.br. Acesso em: 10 abr. 2023.

Jornal Porantim. 1978-hoje. Disponível em:

¹⁶O documento foi publicado pela Associação de Ex-Presos políticos antifascistas, sem autor e editora específica pois foi publicado de maneira ilegal durante a Ditadura Militar.

<http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReaderMobile.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=4381>.
Acesso em: 09 de Abril de 2023.

MELO, Patrícia Bandeira de. **Sujeito sem voz: Agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco.** (dissertação) PPGCOM-UFPE. Recife. 2003.

PEDROSA, Jak Iomar Braga. **Porantim: um informativo de índios e missionários que virou jornal: 1985-1990.** (monografia). UEA. Tefé-AM. 2017.

PARISOTTON, Samantha Sartor. **“Mas afinal, o que é a liberdade?” O surgimento da revista pif-paf no pós golpe de 1964.** UFRGS- Porto Alegre. 2018. p. 08-19.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. **A Amazônia e o plano de integração nacional: os projetos de expansão e o avanço do capital nas sociedades tradicionais.** Revista Tempo Amazônico, v.03, n.02. 2016. p.136-152.

VIEIRA, Regina. **O Jornal Porantim E o Indígena.** Annablume Editora. 2000.